Valor ECONÔMICO
Publicado em 14/09/2022 - 05:58

Economistas convergem no social e divergem no fiscal

Eleições Economistas que assessoram presidenciáveis analisaram propostas em debate do 'Valor' e 'O Globo'

Candidatos defendem nova política social

Marsilea Gombata, Mariana Ribeiro, Carolina Freitas e Bárbara Pombo
De São Paulo

Economistas que assessoram presidenciáveis concordam que o Brasil deve buscar um novo desenho de política social, mas divergem na questão fiscal. Apesar de haver consenso de que o teto de gastos perdeu credibilidade, as visões sobre como chegar a uma nova regra fiscal são distintas.

Em debate promovido pelo **Valor** e pelo "O Globo", nesta terça-feira, Guilherme Mello, que assessora o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Mauro Benevides Filho, que acompanha Ciro Gomes (PDT), e Elena Landau, que orienta a senadora Simone Tebet (MDB), defenderam maior progressividade tributária e fizeram fortes críticas às políticas do governo Bolsonaro, do campo econômico ao social, passando pela política ambiental. A campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL) não indicou representante para o debate.

No encontro, especialistas destacaram o foco na política social e falaram sobre o que seria um redesenho adequado do Auxílio Brasil. Mello disse que não se pode voltar para um benefício de R$ 400 frente à inflação que corrói o poder de compra das famílias. Landau argumentou que é preciso haver condicionalidades e recuperar o Cadastro Único. Benevides falou em chegar a R$ 1.011 por família, com a fusão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), Auxílio Brasil e aposentadoria rural. Isso seria financiado em parte com um imposto sobre grandes fortunas.

Na questão fiscal, Benevides afirmou que despesas financeiras deveriam ser consideradas, e não apenas despesas primárias. Mello disse ser importante buscar arcabouço fiscal que siga princípios de transparência e que seja "anticíclico". Landau destacou a importância do teto de gastos, ressaltando que foi eficiente para reduzir taxa de juros, mas acabou sendo "furado" pelo ministro Paulo Guedes.

Os três economistas concordaram sobre a necessidade de uma reforma tributária que promova maior progressividade e defenderam a taxação de dividendos. Mello e Landau prometeram respeitar a autonomia do Banco Central. Benevides, por sua vez, disse que a autoridade monetária "deve prestar contas à população".

Para o debate foram convidados economistas dos quatro candidatos mais bem posicionados nas pesquisas. Veja os trechos:

Auxílio Brasil

Mello: É impensável voltar para R$ 400 o benefício social, em um país com a inflação de alimentos subindo. O governo criou um abismo social em janeiro de 2023. Se quisesse manter os R$ 600, colocaria no projeto de lei orçamentária. Manteve subsídio para a gasolina, mas não o auxílio de R$ 600. E agora promete R$ 800. A manutenção dos R$ 600 tem prioridade. Precisamos melhorar o desenho do benefício. Propomos um novo Bolsa Família que retome a ideia de benefício adicional por filhos, garantias de que a criança esteja na escola, seja vacinada, de perspectiva de ascensão social da família. Precisa haver prioridades, que são o benefício social, o combate à pobreza e a valorização do salário mínimo.

> **"Precisa haver prioridades, que são o benefício social, o combate à pobreza e a valorização do salário mínimo"**
> Guilherme Mello

Benevides: Temos um programa de renda mínima que eliminará a pobreza. É preciso falar hoje em renda digna, que, além da renda mínima, agrega emprego, readequação do endividamento das famílias. E isso será gerado na linha de pobreza do Banco Mundial, de R$ 417 per capita, e não da extrema pobreza. Serão somados aposentadoria rural, BPC e auxílio. Para chegar a esse valor de R$ 1.011 por domicílio, ficam faltando mais ou menos R$ 76 bilhões. Somente um imposto sobre grandes fortunas para resolver esse problema.

Landau: Os R$ 600 serão focalizados por família com crianças, levarão em consideração condicionalidades do Bolsa Família. Nosso programa tem duas dimensões — atacar a vulnerabilidade e criar capacitação — e contou com a Wanda Engel, uma das criadoras do Cadastro Único que vamos recuperar, e a Laura Machado. Não vamos mexer no BPC nem na aposentadoria rural. E junto com esse benefício criaremos o seguro família, no qual 15% do rendimento do trabalho declarado será depositado pelo governo em uma conta para momentos de volatilidade. E a "poupança mais educação", depósito desde o ensino fundamental para quem terminar o médio.

Fiscal e teto de gastos

Mello: O atual arcabouço fiscal perdeu completamente a credibilidade, foi alterado quatro vezes, o governo diz que vai alterar pela quinta vez. Tenho uma visão crítica do teto, mas não vou nem olhar para trás, se foi bom ou ruim, vou falar o seguinte: quem acabou com o teto de gastos foi o governo Bolsonaro. A gente está propondo uma nova regra fiscal, discutir junto à sociedade e ao Congresso Nacional a criação de um novo arcabouço fiscal inspirado nos melhores exemplos internacionais, na literatura, que siga alguns princípios, como de transparência, sustentabilidade, previsibilidade, flexibilidade, que seja anticíclico.

Benevides: O Brasil tem muita regra de despesa primária, mas ninguém discute despesa financeira, é uma coisa interessante. Nos EUA, você tem até meta para endividamento do setor público. Aqui no Brasil isso é um dogma. A gente tem que ter consciência de que ou se muda essa análise orçamentária, olhando a parte financeira, ou vamos ficar eternamente patinando. Essa história de dizer que a União cumpre o teto numericamente não é verdadeira. Ela cumpre o teto porque corta investimento. A despesa obrigatória cresce em termos reais. Vincular aumento do gasto em saúde à inflação sem considerar crescimento do PIB não faz o menor sentido.

Landau: Vamos manter uma regra de controle de despesas. O teto dos gastos foi muito eficiente para reduzir taxa de juros, quando o governo [Michel] Temer começou, foi muito eficiente para baixar a inflação. Infelizmente o [ministro da Economia] Paulo Guedes furou o teto. O teto não impediu investimento nem em saúde nem em educação. Ele tem regras de flexibilização. Vamos rever essas emendas constitucionais que tornaram as regras fiscais cada dia mais confusas para elas ficarem mais transparentes e para a população entender o conflito distributivo no Brasil. Não vamos tirar investimento do teto de forma alguma.

Orçamento de 2023

Mello: Para o ano que vem, há uma despesa já contratada de R$ 250 bilhões a R$ 430 bilhões. A reforma da Previdência tinha expectativa de gerar algo em torno de R$ 900 bilhões de economia em dez anos. Se for R$ 430 bilhões, metade da reforma da Previdência foi em um ano. Então, o próximo governo vai ter um desafio, independente de qual seja. Precisa ter as prioridades, a gente está estabelecendo. É o benefício social, o combate à fome e à pobreza, valorização do salário mínimo e a partir daí discutir com o Congresso quais são as melhores estratégias legislativas para você aprovar esse espaço para 2023 e construir a perspectiva de um novo arcabouço fiscal para o futuro.

Benevides: Essa é a questão mais fácil de se resolver [como lidar com cenário de pressão sobre as contas públicas em 2023]. Só a alíquota de 15% na cobrança de distribuição de dividendos acima de R$ 20 milhões já dá de R$ 42 bilhões a R$ 48 bilhões por ano. Começa-se taxando dividendos, o mundo quase todo faz isso. No imposto sobre grandes fortunas, para cada R$ 100 podemos cobrar 0,5%, 1% ou 1,5%. Isso pode gerar até R$ 60 bilhões por ano. E há R$ 330 bilhões de desonerações financeiras, sem contrapartida. Se tirarmos 20% disso, dá R$ 66 bilhões. A equação fiscal não é problema, o problema é que não querem discutir como fazer isso, é só sobre cortar investimento.

> **"O Brasil tem muita regra de despesa primária, mas ninguém discute despesa financeira, é uma coisa interessante"**
> Mauro Benevides Filho

Landau: Mesmo que a gente elimine desonerações, principalmente de combustível, são R$ 80 bilhões no orçamento do ano que vem nesse tipo de desoneração, teremos um problema sério de contas públicas. Precisamos olhar para o Orçamento de 2023 assim que começar a transição. Esse orçamento é inaceitável, inverte as prioridades e é irreal. Vamos criar o Ministério do Planejamento e Orçamento, com planejamento de quatro anos, com revisão de despesas, análise de impacto fiscal de cada medida e avaliação de políticas públicas aberta a sociedade.

Reforma tributária

Mello: Temos uma proposta de reforma tributária de carga similar à de hoje, mas que muda as bases de tributação, aumenta a tributação sobre renda e reduz a tributação do consumo, que prejudica os mais pobres. E qual renda você vai tributar? As rendas mais altas. Então, há a tributação sobre lucros e dividendos, a revisão da tabela de Imposto de Renda. Será preciso rever e criar alíquotas para os muito ricos. Essa discussão terá de se voltar para simplificação de impostos indiretos confusos que tiram competitividade da economia brasileira e aumento da progressividade. Por exemplo, imposto sobre herança tem alíquota muito baixa e não é progressivo. O Imposto de Renda no Brasil só é progressivo até 30 no máximo 40 salários mínimos. Depois disso, quanto mais renda se tem, menor a alíquota que se paga. Tem ainda a tributação de viés ambiental. Temos de pensar também na importância sobre desonerar folha de pagamentos para quem ganha salário mínimo e na sustentabilidade da seguridade social.

Benevides: Imposto de Renda é sobre fluxo. Imposto sobre grandes fortunas é sobre estoque. São dois conceitos diferenciados, que nada influenciam um no outro. Obviamente vamos fazer também a progressividade do Imposto de Renda. Vamos criar duas alíquotas na faixa de Imposto de Renda, inclusive isentando níveis inferiores de renda. [Reforma tributária não passa aqui porque] para a população brasileira, a reforma tributária deve diminuir a carga. Para o governo, no mínimo, manter.

Landau: Na nossa reforma tributária também serão tributados dividendos. Vamos colocar os ricos no Orçamento, taxar grandes fortunas, mas não pelo patrimônio, mas pela renda. Vamos eliminar as brechas de fundo fechado, offshore. Podemos fazer muita coisa sem mexer no tamanho da carga tributária. O sistema tributário é ruim e é regressivo, e isso tem que acabar. A Simone disse que a reforma tributária será a primeira a ser colocada para votação. Ela faz parte da agenda de produtividade, de simplificação, e com ela podemos caminhar na abertura comercial. E tem o lado da justiça social. Somos a favor do IVA para acabar com a guerra fiscal. O objetivo da simplificação é a neutralidade. Temos de pensar em setores que terão alíquotas especiais, que são saúde e educação. Outra parte é acabar com 2% de gastos tributários e regimes especiais.

Petrobras

Mello: A Petrobras é um ativo estratégico, não será privatizada. O Brasil não é um país que não produz petróleo e derivados. Grandes países que têm empresas produtoras, e produzem petróleo e refinados, podem gerenciar melhor custos para amenizar os choques de preços. A política de paridade de preços é uma referência de custo de oportunidade para a empresa. Mas não é uma lei de ferro e fogo.

Benevides: Você tem que privatizar primeiro quem está dando prejuízo. Privatizar a Petrobras, que é monopólio, para entregar para monopólio privado, não sei quem é que está pensado nesse tipo de raciocínio. Na definição de preços, ela não precisa estar 100% vinculada à política de preços internacional. A Petrobras precisa ser superavitária, vai continuar sendo, mas não pode abusar da sociedade brasileira, cobrando preços que não têm nada a ver com a sua composição de custos.

> **"A independência da Petrobras será fortalecida. A lei das estatais será fortalecida para acabar com essa bagunça de intervenção estatal"**
> Elena Landau

Landau: A Petrobras é a melhor empresa estatal do Brasil, é a que melhor contribui para as contas públicas. A política de paridade de preços será mantida no governo Tebet. A independência da Petrobras será fortalecida. A lei das estatais será fortalecida. Temos que terminar a desverticalização da Petrobras, vender o que resta de subsidiárias. Privatização não é a prioridade. Tudo que a gente quer é evitar o que foi feito na Eletrobras.

Valor: Autonomia do BC

Mello: O presidente Lula já assumiu o compromisso de manter o presidente, a diretoria do BC, respeitando o mandato que eles têm. O que a gente está discutindo aqui é como o governo federal pode somar esforços com o BC para combater um problema grave que é carestia. Nos últimos anos, o governo foi abrindo mão de todos os instrumentos que podia se valer para combater os choques de preços. Precisamos pensar em como trabalhar junto com o BC para obter os dois objetivos que estão na lei: estabilidade de preços e o máximo de emprego. As metas de inflação não podem ser simplesmente um número que ninguém acredite.

Benevides: O BC precisa ter autonomia, mas independência são duas coisas diferentes. O problema é que no Brasil só se dá ênfase à política monetária. A política monetária vai ser irrelevante se o fiscal ficar resolvido. O BC tem que dar satisfação à sociedade, tem que prestar contas ao Congresso Nacional. O eixo é você ter o governo preocupado não só com inflação, o foco é inflação mais emprego.

Landau: A autonomia do BC foi um ganho enorme para a sociedade. Ela já existia, mas estabelecer por lei é muito importante. A gente tem um ministro da Economia que vive dando palpite na condução dos juros e do câmbio no governo, o que só atrapalha. Não vamos mexer em nada na autonomia do BC. A discussão sobre meta é importante porque o Brasil precisa de âncora. Se toda hora for discutir calamidade, emergência, meta, o planejamento fica muito ao sabor daquilo que a pessoa acha.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Especial **Caderno:** A **Pagina:** 12

Copyright © Clipclap 2025.